

PRE/RJ e MP-RJ se reúnem para articular atuação conjunta

Unificação de mandatos e estatísticas das promotorias foram temas

Buscando aperfeiçoar a atuação conjunta entre os órgãos que compõem o Ministério Público Eleitoral, a PRE/RJ se reuniu, no último dia 15, com o MP do Rio de Janeiro (MP-RJ). No encontro, o procurador regional eleitoral, Sidney Madruga, e o PRE substituto, Maurício Ribeiro, trataram com o procurador-geral de Justiça, Eduardo Gussem, sobre a unificação de mandatos entre os membros com função eleitoral, entre outros temas. Também estiveram presentes o corregedor-geral do MP-RJ, Pedro Elias, e as coordenadoras do CAO-Eleitoral, Gabriela Serra e Miriam Lahtermaher.

A ideia apresentada pela PRE é igualar a data de início e término dos mandatos dos promotores eleitorais com as dos procuradores, facilitando a troca de informações entre eles e a preparação para os períodos eleitorais. A partir

de setembro, o mandato dos PREs em todo o país será equiparado, iniciando-se sempre no segundo semestre dos anos ímpares. A medida foi bem recebida e será analisada pelo MP Estadual.

“A reunião foi importante e reforça o compromisso de unidade e integração, que temos adotado na PRE”, resumiu Sidney Madruga.

Procuradores e promotores também afinaram o entendimento de assuntos como doações ilícitas de campanha e prestação de contas. Além disso, acertaram o envio quadrimestral de estatísticas

das Promotorias Eleitorais (facilitando o controle por ambas as instituições), a proposta de cursos de preparação para novos promotores que assumam a função eleitoral e a definição de uma agenda de encontros e palestras entre 2017 e 2018.



Sidney Madruga e Maurício Ribeiro (à esq.) em reunião no MP Eleitoral

TRE/RJ cassa mandato de Pezão por irregularidades em contas

Chapa do governador não declarou produção de material de campanha



O TRE/RJ cassou o mandato do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) e de seu vice, Francisco Dornelles, por irregularidades na prestação de contas da campanha de 2014. Seguindo o que foi defendido pela PRE/RJ em sustentação oral durante o julgamento, o TRE condenou os réus por não terem declarado gastos com produção de material de campanha. A ação foi movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Na decisão, que teve três votos favoráveis e dois contra, o TRE/RJ determinou também que sejam realizadas novas eleições diretas para a escolha do chefe do executivo estadual, caso a sentença seja confirmada pelo TSE. Segundo o procurador regional eleitoral, Sidney Madruga, a PRE se manifestará a favor da cassação em eventuais recursos da defesa ou mesmo recorrerá ao TSE para manter a condenação.

PRE/RJ quer aumentar pena de vereador de São João de Meriti

Renato Pimenta foi condenado a pagar salário mínimo por compra de votos

A PRE/RJ quer aumentar a pena do vereador de São João de Meriti (RJ) Renato Pimenta (PSB). Ele e seu cabo eleitoral Adenir Ferreira Moreira foram condenados pelo TRE/RJ a pagar pouco mais de um salário mínimo por compra de votos durante as eleições de 2016, mas a PRE recorreu da sentença ao TSE.

Segunda a ação, o cabo eleitoral foi preso em flagrante portando cadernos com listagem de eleitores e seus títulos eleitorais, envelopes contendo nomes de pessoas e valores em dinheiro (totalizando R\$ 7,2 mil) e 14 comprovantes de votação no pleito de 2012, além de diversos santinhos e adesivos do candidato. Em depoimento policial, Adenir Ferreira confessou o delito e sua relação com Renato Pimenta, mas posteriormente negou as acusações. Depoimentos de terceiros também confirmaram as irregularidades.

Os réus já haviam sido condenados em primeira instância a três anos de reclusão e multa, mas recorreram da decisão ao TRE e conseguiram a redução da pena.

Veja [aqui](#) a notícia completa.

PRE quer apurar suspeita de informações falsas de política do DEM

Ao se candidatar, Kelly Serra declarou ao TRE ter concluído curso superior



A PRE/RJ quer que seja apurada a suposta prestação de informação falsa feita por Kelly Serra (DEM), eleita suplente de vereadora no Rio de Janeiro em 2016. Durante o registro de sua candidatura, ela declarou ao TRE-RJ ser bacharel em

Direito, mas notícia do jornal O Globo relata que ela abandonou o curso antes da conclusão.

A PRE expediu ofício ao Tribunal para que sejam analisados os dados fornecidos por Serra. Se confirmada a informação, a Procuradoria vai solicitar à Polícia Federal (PF) a abertura de um inquérito para investigar a possível falsidade ideológica cometida pela então candidata.

PRE oficia PGE sobre propaganda antecipada de presidenciais

Material de Lula e Bolsonaro divulgados na internet visariam a 2018

A PRE/RJ expediu ofício para a Procuradoria-Geral Eleitoral para apurar se houve violação da legislação eleitoral com propagandas antecipadas que favorecem em tese as candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva (PT) e de Jair Bolsonaro (PSC) nas eleições gerais de 2018.

Nas imagens, Lula aparece fazendo exercícios físicos e, ao fundo, toca uma música que diz “eu tô voltando”. Ao final, aparece a frase “Lula 2018”. Já em um dos cinco vídeos de Bolsonaro submetidos a avaliação, ele aparece sendo recebido e exaltado em um aeroporto por uma multidão, com diversas frases suas destacadas na tela.



Ex-prefeito e vice de Silva Jardim (RJ) são condenados por compra de voto

Outros três réus eleitos vereadores são cassados e condenados a multa de R\$ 53 mil

Acolhendo manifestação da PRE/RJ, o TRE/RJ condenou à inelegibilidade até 2020 e a multa de R\$ 53 mil o ex-prefeito de Silva Jardim (RJ), Marcelo Cabreira Xavier (Zelão), e seu vice, Fernando Augusto da Conceição. Eles são acusados de abuso de poder econômico e político e pela compra de votos durante a campanha de 2012.

Por decisão unânime do plenário, o TRE condenou



também os vereadores eleitos Flávio Eduardo da Costa (PSC), Robson Oliveira de Azevedo (PSC) e José Américo Espíndola da Silva (PT), que terão os mandatos cassados.

Segundo a PRE, os condenados usavam de diversos artifícios ilícitos para angariar votos, como desvios e uso da máquina pública.

Veja [aqui](#) a notícia completa.

PRE/RJ denuncia prefeito de Niterói (RJ) por difamar adversário

MP Eleitoral propõe doação de R\$ 20 mil ao Inca como pena alternativa

A PRE/RJ denunciou o prefeito eleito de Niterói, Rodrigo Neves (PV), por ofensas ao candidato adversário Felipe Peixoto (PSB) durante as eleições municipais de 2016. Como medida alternativa ao processo, a PRE propôs ao prefeito a doação de R\$ 20 mil ao Instituto Nacional do Câncer (Inca), que mantém projeto voluntário de doação de cestas básicas a pacientes de baixa renda em tratamento.

De acordo com a denúncia oferecida ao TRE/RJ, Rodrigo Neves usou palavras injuriosas referindo-se explicitamente ao seu concorrente. Durante os discursos proferidos nos dias 07 e 08 de outubro do ano passado na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL-Niterói), o então candidato também atribuiu a Peixoto a responsabilidade pela falência da Secretaria Municipal de Saúde.



Caso não aceite a proposta de transação penal, Neves poderá ser condenado de quatro a 16 meses de detenção e multa por difamação com finalidade de propaganda eleitoral (art. 325 e 327 do Código Eleitoral). Como o delito é de baixo potencial ofensivo, a legislação fixa que o acusado pode aceitar a pena alternativa antes mesmo da abertura do processo pelo Tribunal.

IncaVoluntário – A Área de Ações Voluntárias do Inca desenvolve atividades filantrópicas educacionais, recreativas, culturais e de assistência aos pacientes do Instituto. Uma das iniciativas é voltada ao apoio financeiro àqueles em situação desfavorável, com auxílios que garantam a continuidade do tratamento, como vale-transporte e bolsa de alimentos. Mais informações: <http://www.inca.gov.br/incavoluntario>